

# MINUTA



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Corpo de Bombeiros Militar - CBM  
Seção de Compras - CBM-CPOFCOMPRAS

### MINUTA DE CONTRATO

#### \* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio do CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.603.612/0001-02, com sede na Av. Jorge Teixeira, Setor 10, Quadra 528 – Bairro Industrial, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada por sua COMANDANTE-GERAL, a Sra CEL BM DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA, portador(a) do CPF/MF n. (\*\*\*.531.792-\*\*).

**CONTRATADA:** A Empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob n. (00.000.000/0000-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF n. (\*\*\*.000.000-\*\*), conforme poderes que lhe são outorgados (id. XXXX).

O s CONTRATANTES celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE XXXX - XXXXXXXX, no formato XXX, por dispensa de licitação, o qual se regerá pelas disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, pelo Decreto Estadual n. 28.874/2024 e demais normas pertinentes, vinculando-se aos termos do PARECER JURÍDICO REFERENCIAL n. 1/2024/PGE-GAB (0053294717), ao Termo de Referência (72669307) e o que mais consta nos autos do processo administrativo n. 0004.004232/2026-44, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/DA VINCULAÇÃO/DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos e insumos veterinários, SOB DEMANDA e pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas constantes deste documento, visando atender às necessidades do Canil do Grupamento de Busca e Salvamento - GBS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:

##### 2.1. Do Local

2.1.1. O objeto deverá ser entregue na Diretoria de Logística do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - DLOG/CBMRO, sito a Avenida Pinheiro Machado, nº 5945, Bairro Igarapé, Porto Velho/RO, CEP 76824-345, dentro do horário de expediente, 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.

##### 2.2. Forma de Entrega

2.2.1. O fornecimento dos medicamentos e insumos veterinários ocorrerá de forma **parcelada, sob demanda**, observadas as necessidades da Administração durante a vigência contratual;

2.2.2. Para fins de planejamento administrativo e previsibilidade logística da futura contratada, estima-se que as solicitações ordinárias sejam realizadas em ciclos aproximados de **04 (quatro) em 04**

**(quatro) meses**, tomando como referência inicial o mês de **junho de 2026**, com previsão estimada de novas solicitações nos meses de **outubro de 2026 e fevereiro de 2027**, observado o consumo efetivo, o controle de estoque, a validade dos produtos e a necessidade de reposição;

2.2.3. O cronograma acima possui natureza **meramente estimativa e orientativa**, não gerando à contratada direito subjetivo quanto a datas fixas, quantidades predeterminadas ou periodicidade obrigatória de fornecimento;

2.2.4. Na hipótese de aumento de demanda, intercorrências clínicas, necessidade de reposição extraordinária, situações emergenciais ou qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção da saúde, do bem-estar animal ou a continuidade das atividades operacionais do Canil do Grupamento de Busca e Salvamento – GBS, a Administração poderá antecipar, ampliar, reduzir ou alterar as solicitações inicialmente previstas, mediante comunicação formal à contratada;

2.2.5. A contratada deverá manter capacidade operacional e logística compatível com a execução sob demanda do objeto, comprometendo-se a atender às solicitações extraordinárias da Administração nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sem que tal circunstância caracterize alteração indevida do objeto ou gere direito automático à revisão contratual.

### 2.3. **Do Prazo**

2.3.1. A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recibo da nota de empenho ou ordem de fornecimento;

2.3.2. Itens rejeitados no recebimento ou com não conformidade detectada deverão ser substituídos ou regularizados em até 10 (dez) dias corridos, contados da ciência formal da rejeição no SEI, sem ônus para a Administração;

2.3.3. A Ordem de serviço/fornecimento obdecerá a necessidade do CBMRO, podendo ser dada conforme necessidade parcial dos itens, podendo ainda, ser estabelecido cronograma anual para a prestação do serviço ou entrega de materiais.

### 2.4. **Das Condições de Recebimento de Bens**

2.4.1. Os medicamentos e insumos veterinários deverão ser entregues com **validade remanescente mínima de 06 (seis) meses**, contados da data efetiva de entrega à Administração;

2.4.2. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido, vencidos, com prazo ilegível, rasurado, adulterado ou que apresentem condições inadequadas de conservação, integridade ou uso;

2.4.3. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica da unidade demandante e desde que demonstrada a possibilidade de consumo integral do item antes do vencimento, a Administração poderá aceitar produto com prazo inferior ao estabelecido, desde que não haja prejuízo ao interesse público;

2.4.4. A fiscalização poderá recusar os produtos entregues em desacordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, cabendo à contratada promover sua substituição, sem ônus adicional para a Administração.

2.4.5. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto deste termo de Referência, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

2.4.6. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 18, inciso III, c/c o art. 140 inciso II, alínea “a” e “b”, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

2.4.7. O recebimento provisório **NÃO** liquida a despesa e **NÃO** se presta para autorizar o pagamento dos materiais/serviços.

2.4.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

2.4.9. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja

sanada a situação.

#### 2.4.10. **O Recebimento Provisório**

2.4.10.1. O Corpo de Bombeiros Militar – CBMRO receberá **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação e testes operacionais técnicos, através do Fiscal do Contrato, em até **05 (cinco) dias úteis**. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, caso constatada divergência na especificação;

#### 2.4.11. **O Recebimento Definitivo**

2.4.11.1. Após o cumprimento das obrigações pela Contratada, verificada a qualidade e a quantidade dos objetos entregues, e a consequente aceitação da Contratante, será emitido o Termo de Recebimento **DEFINITIVO** em até 10 (dez) dias **úteis**, que ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Logística do CBMRO, por intermédio da Comissão de Recebimento de Materiais, em conformidade com as disposições contidas no art. 140 inciso II, alínea “a” e “b”, da Lei 14.133/21 e suas alterações, momento em que a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:**

3.1. O Contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, respeitando-se os demais preceitos legais.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:**

4.1. **O valor total da contratação será de R\$ XXX (XXXX)**, conforme o Aviso de Dispensa de licitação (id. XXXXXXXX), já estando nele incluídos os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas.

### 5. **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL:**

5.1. Não serão exigidas garantias contratuais.

### 6. **CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:**

#### 6.1. **Do Local**

6.1.1. O objeto deverá ser entregue na Diretoria de Logística do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - DLOG/CBMRO, sito a Avenida Pinheiro Machado, nº 5945, Bairro Igarapé, Porto Velho/RO, CEP 76824-345, dentro do horário de expediente, 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.

#### 6.2. **Forma de Entrega**

6.2.1. O fornecimento dos medicamentos e insumos veterinários ocorrerá de forma **parcelada, sob demanda**, observadas as necessidades da Administração durante a vigência contratual;

6.2.2. Para fins de planejamento administrativo e previsibilidade logística da futura contratada, estima-se que as solicitações ordinárias sejam realizadas em ciclos aproximados de **04 (quatro) em 04 (quatro) meses**, tomando como referência inicial o mês de **junho de 2026**, com previsão estimada de novas solicitações nos meses de **outubro de 2026 e fevereiro de 2027**, observado o consumo efetivo, o controle de estoque, a validade dos produtos e a necessidade de reposição;

6.2.3. O cronograma acima possui natureza **meramente estimativa e orientativa**, não gerando à contratada direito subjetivo quanto a datas fixas, quantidades predeterminadas ou periodicidade obrigatória de fornecimento;

6.2.4. Na hipótese de aumento de demanda, intercorrências clínicas, necessidade de reposição extraordinária, situações emergenciais ou qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção da saúde, do bem-estar animal ou a continuidade das atividades operacionais do Canil do Grupamento de Busca e Salvamento – GBS, a Administração poderá antecipar, ampliar, reduzir ou alterar as solicitações inicialmente previstas, mediante comunicação formal à contratada;

6.2.5. A contratada deverá manter capacidade operacional e logística compatível com a execução sob demanda do objeto, comprometendo-se a atender às solicitações extraordinárias da Administração nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sem que tal circunstância caracterize alteração indevida do objeto ou gere direito automático à revisão contratual.

### 6.3. **Do Prazo**

6.3.1. A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, dentro de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recibo da nota de empenho ou ordem de fornecimento;

6.3.2. Itens rejeitados no recebimento ou com não conformidade detectada deverão ser substituídos ou regularizados em até 10 (dez) dias corridos, contados da ciência formal da rejeição no SEI, sem ônus para a Administração;

6.3.3. A Ordem de serviço/fornecimento obdecerá a necessidade do CBMRO, podendo ser dada conforme necessidade parcial dos itens, podendo ainda, ser estabelecido cronograma anual para a prestação do serviço ou entrega de materiais.

### 6.4. **Das Condições de Recebimento de Bens**

6.4.1. Os medicamentos e insumos veterinários deverão ser entregues com **validade remanescente mínima de 06 (seis) meses**, contados da data efetiva de entrega à Administração;

6.4.2. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido, vencidos, com prazo ilegível, rasurado, adulterado ou que apresentem condições inadequadas de conservação, integridade ou uso;

6.4.3. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica da unidade demandante e desde que demonstrada a possibilidade de consumo integral do item antes do vencimento, a Administração poderá aceitar produto com prazo inferior ao estabelecido, desde que não haja prejuízo ao interesse público;

6.4.4. A fiscalização poderá recusar os produtos entregues em desacordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, cabendo à contratada promover sua substituição, sem ônus adicional para a Administração.

6.4.5. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto deste termo de Referência, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.4.6. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 18, inciso III, c/c o art. 140 inciso II, alínea “a” e “b”, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

6.4.7. O recebimento provisório **NÃO** liquida a despesa e **NÃO** se presta para autorizar o pagamento dos materiais/serviços.

6.4.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

6.4.9. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

#### 6.4.10. **O Recebimento Provisório**

6.4.10.1. O Corpo de Bombeiros Militar – CBMRO receberá **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação e testes operacionais técnicos, através do Fiscal do Contrato, em até **05 (cinco) dias úteis**. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, caso constatada divergência na especificação;

#### 6.4.11. **O Recebimento Definitivo**

6.4.11.1. Após o cumprimento das obrigações pela Contratada, verificada a qualidade e a quantidade dos objetos entregues, e a consequente aceitação da Contratante, será emitido o Termo de Recebimento **DEFINITIVO** em até 10 (dez) dias **úteis**, que ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Logística do

CBMRO, por intermédio da Comissão de Recebimento de Materiais, em conformidade com as disposições contidas no art. 140 inciso II, alínea “a” e “b”, da Lei 14.133/21 e suas alterações, momento em que a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado **no prazo de até 15 (quinze) dias**, por meio de ordem bancária creditada na conta corrente da Contratada, após a apresentação do documento fiscal correspondente e aceite definitivo, com a verificação de conformidade do serviço proposto com as exigências contidas neste instrumento, da atestação da nota fiscal/fatura e não haja impeditivo imputável à Contratada.

7.2. Conforme estabelece o artigo 141 da Lei Federal n. 14.133/2021, o pagamento pela Administração deverá seguir a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, seguindo suas subdivisões. Esta ordem poderá ser alterada mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas situações previstas no inciso do §1º, do art. 141, da Lei Federal n. 14.133/2021.

7.3. As demais formas e condições de pagamento estão descritas no item 20 do Termo de Referência e seus anexos e a Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF n. XXXXXXXXXXXX, endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário:

Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa estão inseridos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Ação Governamental, exercício 2026.			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO DE ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	FONTE DE RECURSO
15014 – Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM	15.014.06.122.1015.2087	33.90.30	1.759.0.08026 2.759.0.08026
15004 – Corpo de Bombeiros Militar – CBM	15.004.06.122.1015.2087	33.90.30	1.500.0.00001

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no **item 27 do Termo de Referência e seus anexos**.

9.2. Acusar recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, se for o caso, junto ao Contratante no prazo de **até 05 (cinco) dias**, contados da convocação formal.

9.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas, bem como pelos tributos que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço e pelas despesas com deslocamentos e alimentação do consultor;

9.6. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos;

9.7. Emitir fatura relativa ao serviço prestado;

9.8. Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

9.9. Comunicar a Contratante, por justificativa circunstanciada formal, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos que impeçam

mesmo que temporariamente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, justificando o atraso, o que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizados;

9.10. Manter durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

9.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;

9.12. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato, quando necessário e requerido.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no **item 28 do Termo de Referência e seus anexos**.

10.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e aplicando as penalidades cabíveis, caso as falhas o exijam;

10.3. Cumprir os compromissos financeiros firmados com a Contratada;

10.4. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

10.5. Atestar a execução do fornecimento e objeto do contrato nos prazos estipulados no contrato;

10.6. Supervisionar o conteúdo fornecido e requisitar eventuais reparos em caso de falhas técnicas, solicitando a estabilidade e regularidade do respectivo acesso;

10.7. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições deste instrumento.

10.8. Divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sítio oficial do Governo de Rondônia, bem como providenciar a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

11.1. O acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizados conforme descritos no **item 24 do Termo de Referência e seus anexos**.

11.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

11.3. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade da CONTRATADA pela inobservância de qualquer obrigação assumida ou por vícios e defeitos no objeto do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

12.1. A alteração contratual, quando couber, será processada na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e no art. 142 e seguintes do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

12.3. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021, com as consequências legais e aplicação das sanções cabíveis.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

12.5. A Contratada reconhece os direitos em caso de EXTINÇÃO DOS CONTRATOS administrativa prevista no art. 137, da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.6. Eventual extinção contratual observará as hipóteses e consequências estabelecidas nos artigos 138 e 139 da Lei Federal n. 14.133/2021.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE:

13.1. O(s) valor(res) contratado(s) será(rão) fixo(s) e irremovível(is) pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com o art. 2º e seu § 1º, da Lei Federal n. 10.192/01, bem como as disposições contidas no Decreto Estadual n. 28.874/2024.

13.2. A periodicidade anual nos contratos de que trata o § 1º será contada a partir da data do orçamento estimativo (art. 92, §3º, Lei Federal n. 14.133/2021) [ou, caso o Edital preveja de forma justificada outra data base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, constar a data base adotada].

13.3. Para fins de reajuste, será utilizado o **índice IPCA**.

13.4. Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação.

13.5. Os demais parâmetros para a realização de reajuste estão previstos nos arts. 154 e seguintes do Decreto Estadual n. 28.874/2024.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. A CONTRATADA se descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 a 162 da Lei Federal n. 14.133/2021, conforme previsto no **item 29 do Termo de Referência (72669307)**, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

14.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas no contrato, execução imperfeita, inadimplemento contratual, não veracidade das informações ou mora de execução, erros ou atraso na entrega e quaisquer outras irregularidades, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I - advertência, nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - multa de [...] % sobre o valor da nota fiscal/fatura, por dia de atraso no prazo proposto para entrega do bem, ficando limitado este percentual em [...] %. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias considerar-se-á rescindida a contratação;

III - multa de [...] % sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra Cláusula deste Contrato, que será dobrada em caso de reincidência;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

14.3. A CONTRATADA que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até três anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

14.4. A sanção prevista no item V, de declaração de inidoneidade, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do dispositivo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.5. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de [...]‰ ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de XXX (xxx) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do estado, podendo, ainda, o CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa;

14.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da CONTRATANTE;

14.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua intimação, observados os termos do artigo 157 ou do artigo 158 da Lei Federal n. 14.133/2021, a depender do caso;

14.8. No caso de aplicação de penalidades, as sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, gerido pela Controladoria Geral do Estado – CGE.

14.9. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente:

- I - a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à CONTRATANTE;
- II - não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;
- III - as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

14.10. As demais previsões sobre a aplicação de sanções, estão indicadas no **item 29 do Termo de Referência (72669307)** do Termo de Referência e seus anexos, caso apresente alguma das situações ali previstas.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, em cumprimento ao § 4º, do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUSTENTABILIDADE:

16.1. A contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa n. 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no art. 6º, do Decreto Estadual n. 21.264/2016, da Governo do Estado de Rondônia, no que couber.

16.2. A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa n. 1/2010, referente aos critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente seus artigos 5º e 6º, no que couber, bem como o artigo 6º, inciso I, do Decreto Estadual n. 21.264/2016.

16.3. Além das previsões acima, deverão ser seguidos o disposto no **item 30 do Termo de Referência (72669307)**.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - NORMAS DE PREVENÇÃO A CORRUPÇÃO:

17.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e

colaboradores.

#### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS:**

18.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei Federal n. 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

#### 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO:**

19.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou no sítio eletrônico oficial do Estado de Rondônia, conforme definido em Decreto.

#### 20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO:**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:**

21.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**Parágrafo único.** Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.

Porto Velho/RO, local e data da assinatura.

#### **CONTRATANTE CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Pinto Andrade Junior**, Coronel, em 24/06/2026, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE CRISTINA LIMA FERREIRA**, Comandante-Geral do CBMRO, em 24/06/2026, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71872966** e o código CRC **F8FCD28D**.

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0004.004232/2026-44

SEI nº 71872966